Operação Vigilância Aproximada

Indícios apontam que havia 'Abin paralela', diz novo nº 2 da agência

Nomeado por Lula, Marco Cepik afirma que software espião usado pelo órgão tinha a função de 'bisbilhotar pessoas'

GABRIEL DE SOUSA BRASÍLIA

O novo número 2 da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Marco Cepik, afirmou ontem que todas as descobertas feitas até agora pela Polícia Federal apontam o funcionamento de uma "Abin paralela" durante o governo Jair Bolsonaro (PL). Cepik foi nomeado para o cargo de diretor adjunto do órgão anteontem, após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva demitir Alessandro Moretti, que era ligado a Bolsonaro.



Pesquisador Marco Cepik assumiu a Diretoria Adjunta da Abin

"Todos os indícios que se tem é de que havia, sim, (uma estrutura paralela na Abin)", disse Cepik em entrevista à GloboNews. "Temos que aguardar o final dos processos investigatórios nas instâncias

para verificar a comprovação não apenas de que se houve, mas de quem estava ali." Para o novo diretor, o software FirstMile, que é capaz de detectar um indivíduo com base na localização de aparelhos que usam as redes 2G, 3G e 4G, era feito para "bisbilhotar pessoas" e não era condizente com as funções da Abin.

Inquérito da Polícia Federal apura a suspeita de uso indevido da Abin para monitorar pessoas consideradas adversárias de Bolsonaro. Na semana passada, a PF vasculhou endereços do ex-diretor do órgão e hoje deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ). Na última segunda-feira, nova fase da investigação atingiu o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), filho do ex-presidente.

'CAPTURA'. Cepik disse que as instituições foram "fortemen-te atacadas" durante o governo Bolsonaro. Para ele, houve uma "tentativa de captura" de órgãos estratégicos na gestão anterior. Cepik ainda recha-çou a suspeita de conluio entre atuais servidores da Abin e investigados. Moretti caiu por supostamente ter dificultado as apurações da PF sobre monitoramentos ilegais.

Segundo o diretor adjunto, a Abin criou uma sindicância no ano passado, assim que as primeiras informações sobre o software espião utilizado pela agência repercutiram. "A ideia de que há um conflito entre Polícia Federal e Abin ou que há um grande conflito de pessoas dentro do governo não me parece correta. Não existe a Abin do Lula, não existe a Polícia Federal do Lula, existem as instituições republicanas voltando a funcionar", afirmou Cepik.

PERFIL. Lula queria um nome técnico para a Diretoria Adjunta da Abin, e seguiu a indicação do diretor-geral do órgão, Luiz Fernando Corrêa. Cepik ocupava o cargo de diretor da Escola de Inteligência da Abin desde abril de 2023. Doutor em Ciência Política e professor da Universidade Federal do Rio

Substituição

Ligado a Bolsonaro, o ex-diretor adjunto da Abin Alessandro Moretti deixou o cargo anteontem

Grande do Sul (UFRGS) desde 1995, Cepik é um dos maiores pesquisadores do País nas áreas de inteligência de Estado e governança digital.

Foram de Cepik as propostas adotadas pela transição de governo que reformularam a estrutura da Abin na atual gestão. Ele sugeriu, por exemplo, que postos de comando, então ocupados por militares, voltassem ao controle de civis. O COLA-

PL das Fake News

PF vê abuso de poder de Google e Telegram contra projeto de lei

A Polícia Federal concluiu que Google e Telegram se valeram de "estratégias impactantes e questionáveis" para tentar barrar o Projeto de Lei (PL) das Fake News. Na avaliação da corporação, as empresas podem ter incorrido em abuso de poder econômico e publicidade enganosa. Procurado, o Google disse que não vai comentar as conclusões da PF. O Telegram não havia se manifestado até a noite de ontem.

O relatório foi enviado ontem ao Supremo Tribunal Federal no inquérito sobre as campanhas das plataformas contra o projeto. A investigação foi aberta em junho de 2023 a pedido do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). O relator é o ministro Alexandre de Moraes. Para a Polícia Federal, as big techs usaram suas "posições privilegiadas" no mercado para incentivar ataques e espalhar notícias falsas sobre o texto para proteger interesses econômicos

"A distorção do debate sobre a regulação, a tentativa de influenciar os usuários a coagirem os parlamentares e a sobrecarga nos serviços de TI da Câmara dos Deputados evidenciam o impacto negativo dessas práticas nas atividades legislativas", diz um trecho do documento.

O Telegram disparou, para milhões de usuários, um manifesto contra o projeto de lei. A mensagem chamava a proposta de "desnecessária" e dizia que ela "concede poderes de censura ao go-

Big techs

Plataformas criaram mensagens contrárias a projeto que combate a desinformação nas redes

verno". Já o Google exibiu em sua página inicial uma mensagem de alerta contra o PL. Os usuários que clicavam no link eram direcionados para um artigo do diretor de Relações Governamentais e Políticas Públicas do Google Brasil, Marcelo Lacerda, que acusava o texto de "aumentar a confusão entre o que é verdade e mentira no Brasil". • RAYSSA MOTTA

